



II.5.B LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Como regra geral, ao empreendedor é recomendado preservar o meio ambiente na região onde serão desenvolvidas as atividades, evitar a ocorrência de danos e prejuízos à fauna, à flora e aos recursos naturais; atentar para a segurança de pessoas e animais; respeitar o patrimônio histórico-cultural, reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar ações de recuperação ambiental determinados pelos órgãos ambientais competentes, sujeitando-se à legislação e normatização brasileira sobre meio ambiente.

A legislação de caráter ambiental em vigor é composta por Leis, Decretos, Portarias e Resoluções criadas pela União, Estados e Municípios. Essa legislação versa sobre os mais variados temas, procurando disciplinar a relação do Homem com a preservação e recuperação do meio ambiente.

Política Nacional de Meio Ambiente

O contexto constitucional do meio ambiente no sistema jurídico brasileiro é de harmonizar proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus objetivos, princípios e instrumentos constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e estabelece as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Fixa como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente "a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana" (art. 2º).

O art. 3º da referida Lei, conceituou os seguintes termos e expressões, fundamentais para fins de execução da sua Política: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, recursos ambientais, poluição e poluidor.

A Lei 6.938 incluiu a avaliação de impactos ambientais entre os doze instrumentos daquela Política, enumerados em seu artigo 9º, item este apresentado no presente RAA na Seção II.6 – Identificação e Avaliação de



Impactos do presente estudo. Além deste, vale destacar entre outros instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais, o Relatório da Qualidade do Meio Ambiente (a ser divulgado anualmente pelo IBAMA) e a prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes.

Em 16.05.88, no contexto da Política Nacional do Meio Ambiente, foi instituído pela Lei nº 7.661, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, direcionado à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural localizadas “offshore”. Ao regulamentar a referida Lei, a Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, datada de 21.12.90, priorizou a conservação e proteção de recifes, bancos de algas, ilhas, restingas, dunas e manguezais, entre outros.

A regulamentação da Lei 6.938 se deu inicialmente pelo Decreto nº 88.351/83 e, atualmente, pelo Decreto 99.274/90, que dispõe, entre outras matérias, sobre as atribuições do Poder Público, e a obrigatoriedade do prévio licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Vale aqui transcrever o artigo 17 do citado Decreto, cujo texto é idêntico ao art. 10 da Lei em causa.

“Artigo 17 – A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.”

A Política Nacional de Meio Ambiente foi recepcionada pela Constituição Federal que dedicou seu título VIII – Da Ordem Social, capítulo VI, art. 225 ao meio ambiente, enfatizando a importância da sua preservação para as gerações futuras. No mesmo artigo, a Carta Magna incubiu o Poder Público da proteção da fauna e da flora, e da promoção da educação ambiental,



entre outras medidas, e destacou o meio ambiente como bem de uso comum do povo.

Ainda sobre a Constituição Federal, em seu artigo 23, inciso VI e VII, atribuiu à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios a competência para a proteção do meio ambiente, o combate à poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, fauna e flora.

Licenciamento Ambiental

A competência do licenciamento prévio de que fala o art. 10 da Lei 6.938, é do órgão estadual competente integrante do SISNAMA, e do IBAMA, em caráter supletivo. Entretanto, o §4º do mesmo artigo, ressalva a competência exclusiva deste último, ouvidos os Estados e Municípios interessados, para o licenciamento de pólos petroquímicos, bem como de instalações nucleares e outras definidas em lei.

Visando efetivar o sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental e regulamentar aspectos deste sistema ainda não definidos, bem como elencar atividades e empreendimentos que, independentes de avaliação específica, estariam necessariamente sujeitas ao mesmo foram editadas a Resolução CONAMA nº 01/86 e, posteriormente, a Resolução CONAMA nº 237/97, ambas de caráter geral.

A Resolução nº 237/97 do CONAMA, estabeleceu em seu art. 4º a competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão executor do SISNAMA, para o licenciamento ambiental de empreendimento e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional. Destacou, dentre outras, como competência exclusiva do IBAMA, o licenciamento e fiscalização de atividades realizadas no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, bem como de atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados.

No § 2º do mesmo artigo, dispõe: “O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.”



A aplicação desta CONAMA tem sido questionada por alguns especialistas, com base no argumento apresentado a seguir: "Não pode ato administrativo inferior alterar disposição da Lei, razão pela qual não pode resolução do CONAMA alterar as atribuições conferidas aos estados pelo art. 10 da Lei nº 6.938/81." (*Direito Ambiental – Revista nº 8 – outubro-dezembro de 1997; pág: 167 a 169*).

Entretanto, na prática, os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA nº 237/97 são acatados pelos órgãos ambientais em seus diferentes níveis e o licenciamento do projeto AMEG sob responsabilidade do IBAMA, ilustra esta aplicação.

Com relação aos estudos necessários ao licenciamento das atividades, a Resolução CONAMA nº 01/86 definiu de forma clara o conteúdo mínimo para elaboração do EIA/RIMA, e, posteriormente a Resolução CONAMA nº 237/97 definiu em seu artigo 1º, o termo Estudos Ambientais, aplicável a outros tipos de estudo relativos à matéria. Esta última, acrescentou em seu art. 3º que a definição do tipo de estudo a ser desenvolvido ficaria a cargo do órgão ambiental competente, responsável pelo licenciamento. E em seu artigo 8º estabeleceu as seguintes licenças a serem emitidas pelo Poder Público, no escopo do licenciamento ambiental: Licenças Prévia (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Entretanto, em 7 de dezembro de 1994, o CONAMA já havia emitido a Resolução nº 23 considerando a necessidade de serem estabelecidos critérios específicos para licenciamento ambiental visando o melhor controle e gestão ambiental das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de combustíveis líquidos e gás natural. Nesse sentido, foram estabelecidas as Licenças Prévias de Perfuração (LPper) e de Produção para Pesquisa (LPpro), e as Licenças de Instalação (LI) e de Operação (LO), sendo a concessão das mesmas subsidiadas pelo Relatório de Controle Ambiental (RCA), Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA) e Projeto de Controle Ambiental (PCA), respectivamente. Foi destacado na mesma que, a critério do órgão ambiental responsável pelo licenciamento, poderá ser solicitada a elaboração de Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) em substituição ao EIA/RIMA.

Em seu artigo 6º, inciso IV, a referida Resolução determinou que o Relatório de Avaliação Ambiental – RAA, deve "ser elaborado pelo empreendedor, contendo diagnóstico ambiental da área onde já se encontra implantada a



atividade, descrição dos novos empreendimentos ou ampliações, identificação e avaliação do impacto ambiental e medidas mitigadoras a serem adotadas, considerando a introdução de outros empreendimentos”.

Para subsidiar o licenciamento do projeto AMEG, foi determinada pelo IBAMA a elaboração do presente Relatório de Avaliação Ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA n° 23/94.

A Resolução 237/97, do CONAMA, aborda alguns aspectos do sistema de licenciamento que, realmente, estavam pendentes da necessária regulamentação geral em nível federal, como é o caso dos prazos mínimos e máximos de validade das licenças ambientais, as etapas do procedimento de licenciamento, os prazos para análise pelo órgão ambiental. Ainda alterou o regime inaugurado pela Resolução 1/86 no que se refere ao Estudo de Impacto Ambiental - EIA e tratou do assunto de forma mais ampla abrangendo todas as atividades consideradas potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, e não apenas as que tenham significativo impacto ambiental. Seu anexo relaciona todas as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, inclusive as que não causem significativo impacto ambiental.

Resíduos Sólidos e Efluentes

A atividade industrial, notadamente a das indústrias petroquímica e química, geram uma variedade de efluentes e resíduos, inclusive resíduos perigosos. O gerenciamento inadequado destes pode provocar impactos ambientais significativos, razão pela qual este assunto vem se tornado uma preocupação de caráter mundial.

O Decreto-lei n° 1413, de 14 de agosto de 1975, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais, determinou, em seu artigo 1º, " as indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional são obrigadas a promover as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente".

Mais tarde, considerando a ausência de informações sobre os resíduos gerados do Brasil, o CONAMA, através de sua Resolução n° 06/88, determinou a obrigatoriedade do controle de resíduos no âmbito do



licenciamento ambiental e a apresentação, por parte das empresas, do inventário e destinação dos seus resíduos.

De caráter mais restrito, a Resolução CONAMA n° 05/93 trata especificamente dos resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, definindo critérios de classificação e gerenciamento adequado dos mesmos.

O CONAMA estabeleceu também, resoluções específicas visando o controle adequado dos resíduos, podendo-se destacar as de n° 09/93 e 257/99 que obrigam ao rerrefino dos óleos lubrificantes usados e dispõe sobre pilhas e baterias, respectivamente.

Até o momento há muitas resoluções que tratam do assunto, mas não existe uma política nacional baseada em uma legislação para incentivar avanços nessa área. Entretanto, encontra-se em tramitação o projeto da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos que estabelecerá normas em todo o processo de produção e destruição do lixo.

No que se refere aos efluentes a Resolução CONAMA n° 20/86, estabeleceu a classificação das águas, de acordo com seus usos, bem como padrões para o lançamento de efluentes industriais em corpos hídricos. Entretanto, no caso de atividades "offshore" também os critérios e padrões estabelecidos pela MARPOL são aplicados.

A Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios – MARPOL e a Responsabilidade Ambiental

A Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios - MARPOL foi ratificada pelo Brasil em 04/01/1996, passando a vigorar em 04/04/1996. Tal convenção tem por objetivo conservar o ambiente marinho através da completa eliminação da poluição intencional por óleo, substâncias nocivas e minimização das descargas acidentais destas substâncias. Os países que ratificaram a Convenção, ficam obrigados a dar cumprimento às disposições da Convenção, com o fim de evitar a poluição pela descarga de substâncias prejudiciais ou de efluentes.



Em relação à responsabilidade do empreendedor-licenciador, a licença ambiental, não o libera de seu dever de reparar o dano ambiental, se ocorrer. Como diz Paulo Affonso Leme Machado, a licença ambiental, “se integralmente regular, retira o caráter de ilicitude administrativa do ato, mas não afasta a responsabilidade civil de reparar”. (*Machado, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, Op. Cit. P. 339, 1996*).

Nesse sentido, vale citar o disposto no artigo 21, da Lei nº 9.966, de 28.04.00:

“Art. 21. As circunstâncias em que a descarga, em águas sob jurisdição nacional, de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, ou misturas que os contenham, de água de lastro e outros resíduos poluentes for autorizada não desobrigam o responsável de reparar os danos causados ao meio ambiente e de indenizar as atividades econômicas e o patrimônio público e privado pelos prejuízos decorrentes dessa descarga”.

Seguiu-se a Lei da Ação Pública (Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985) que tutela os valores ambientais, disciplinando a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A Lei de Crimes Ambientais nº 9605, de 12.02.98 que entrou em vigor em 30 de março de 1998, não só trata de sanções criminais, mas também das administrativas. A lei sistematizou adequadamente, numa só ordenação, as normas de direito penal ambiental, possibilitando o seu conhecimento pela sociedade e a sua execução pelos entes estatais.

A referida lei introduziu no ordenamento jurídico, de forma clara e objetiva, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevendo tipos e sanções bem definidos, diversas daquelas que só se aplicam à pessoa humana. Além de tipificar penalmente inúmeras outras condutas como lesivas à natureza, adota princípios ramificados nas principais convenções mundiais, no encalço de sua preservação e na busca de um progresso economicamente sustentável.

Considerando os graves incidentes de derramamento de óleo ocorridos e a urgência para o estabelecimento de diretrizes e procedimentos para contribuir para a eficácia das ações de resposta a incidentes, o CONAMA emitiu a Resolução nº 293, de 12 de dezembro de 2001, conforme previsto



na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, a qual vem estabelecer as devidas diretrizes para a elaboração do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio.

Portanto, quando houver prática de crime ambiental, o poluidor responsável estará sujeito a responder, podendo ainda, sofrer penas na área administrativa, penal e civil.

Royalties

Quando o petróleo e o gás natural são extraídos da plataforma continental, os royalties são devidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios confrontantes com os poços produtores, bem como ao Ministério da Marinha.

Baseado na atividade a ser desenvolvida, com a ampliação da malha de escoamento de gás, salienta-se que em 1989 a lei n. 7.990, que foi regulamentada pelo Decreto n. 01/91, preconizou o pagamento de royalties aos municípios onde se localizassem instalações marítimas ou terrestres de embarque e desembarque de petróleo e/ou gás natural, contribuindo com 0,5% do total produzido.

Porém, com a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97), aumentou para 10% a alíquota básica dos royalties. E com base no Decreto nº 2.705/98, que regulamentou a Lei do Petróleo nos aspectos relativos às participações governamentais aplicáveis às atividades de exploração e produção do petróleo e gás natural, a ANP passou a controlar a arrecadação e a distribuição dos royalties, podendo reduzir a alíquota mencionada acima, até um mínimo de 5%, levando em consideração os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores.

Unidades de Conservação

Unidades de conservação são áreas com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos. Podem ser criadas pelo Poder Público federal,



estadual ou municipal e, segundo a lei 6.938, de 1981, e sua criação constitui um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

O conjunto das unidades de conservação federal, estaduais e municipais forma o SNUC (Lei nº 9.985/2000), sistema que inclui comunidades bióticas geneticamente sustentáveis, abrangendo a maior diversidade possível de ecossistemas naturais existentes no território brasileiro e nas águas territoriais, com prioridade aos que se encontrarem mais ameaçados de degradação ou eliminação. No SNUC, é importante ressaltar que sua estrutura filosófica/conceitual, ou seja, o estabelecimento de uma "rede" de áreas protegidas, vêm sendo desenhada desde a criação das primeiras unidades de conservação.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC abre a possibilidade de criação de um sistema de unidades de conservação que integra, sob um só marco legal, as unidades de conservação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A nível federal, as mais significativas unidades de conservação são os Parques Nacionais e a nível Estadual, as Reservas Biológicas, as Reservas Ecológicas, as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental.

De todo o arcabouço legal existente, os dispositivos de maior interesse para o empreendimento ora em questão estão listados a seguir:



a) Legislação geral

Legislação Federal	Ementa
Constituição Federal de 1988 (art. 5º)	Determina que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
Constituição Federal de 1988 (art. 20 § 1º)	Assegura aos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou de gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.
Constituição Federal de 1988 (art. 23)	Estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre o meio ambiente quando houver interesse local.
Constituição Federal de 1988 (art. 24)	Estabelece a competência da União e dos Estados para legislar sobre meio ambiente
Constituição Federal de 1988 (art. 225)	Estabelece que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".
Lei nº 62.837/1968	Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas interiores e dá outras providências.
Lei nº 6.340/1976	Estabelece o regime especial para o aproveitamento das jazidas minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo.
Lei nº 6.938/1981	Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06.06. 1990; alterada pela Lei nº 7.804/1989) e pela Lei nº 8.028/1990.



Lei nº 7.347/1985	Institui a Ação Civil Pública como parte do processo para se efetivar a responsabilidade por danos ao meio ambiente.
Lei nº 7.735/1989	Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.
Lei nº 7.797/1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.
Lei nº 9.478/1997	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo, e dá outras providências.
Lei nº 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Alterada pelas Medidas Provisórias nº 1.710, de 07.08. 1998; 1.710-1, de 08.09. 1998; 1.710-2, de 25.02. 1999.
Lei nº 9.636/1998	Dispõe sobre a Administração de Áreas de Patrimônio da União.
Lei nº 9.782/1999	Define o Sistema de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 96.000/1988	Dispõe sobre a Realização de Pesquisa e Investigação Científica na Plataforma Continental e em Águas sob jurisdição Brasileira, e sobre Navios e Aeronaves de Pesquisa Estrangeiros em Visita aos Portos e Aeroportos Nacionais, em Trânsito nas Águas jurisdicionais Brasileiras ou no Espaço Aéreo Sobrejacente.
Decreto nº 2.953/1999	Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.



Decreto nº 3.179/1999	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 01/1988	Estabelece os critérios e procedimentos básicos para a implementação do cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.
Resolução CONAMA nº 24/1996	Dispõe sobre recursos administrativos interpostos, de autos de infração lavrados pelo IBAMA.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Constituição do Estado do Rio de Janeiro/1989 (Capítulo VIII, arts. 261 à 282 – Do Meio Ambiente)	Dispõe sobre o Meio Ambiente.
Legislação Municipal – Carapebus	Ementa
Lei Orgânica do Município de Carapebus/1998 (Título VII – Da Ordem Econômica e Social)	Dispõe sobre o Meio Ambiente.
Legislação Municipal – Macaé	Ementa
Lei Orgânica do Município de Macaé/1990 (Título IV – Da Ordem Econômica e do Meio Ambiente)	Dispõe sobre o Meio Ambiente.
Legislação Municipal – Quissamã	Ementa
Lei Orgânica do Município de Quissamã/ (Título IV – Da Administração Municipal - Capítulo X, arts. 275 à 286 – Da Política do Meio Ambiente)	Dispõe sobre o Meio Ambiente.



b) Legislação específica: Licenciamento Ambiental

Legislação Federal	Ementa
Resolução CONAMA n° 01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
Resolução CONAMA n° 06/1986	Define modelos para publicação de licenças ambientais, nos meios de comunicação.
Resolução CONAMA n° 09/1987	Dispõe sobre as audiências públicas.
Resolução CONAMA n° 01/1988	Estabelece critérios e procedimentos básicos para a implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, previstos na Lei n° 6.938/1981.
Resolução CONAMA n° 03/1994	Institui normas específicas para o licenciamento de atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.
Resolução CONAMA n° 23/1994	Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.
Resolução CONAMA n° 237/1997	Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Esta resolução complementa e altera a de n° 001/1986.
Portaria IBAMA n° 84/1996	Estabelece procedimentos junto ao IBAMA, para registro e avaliação do potencial de periculosidade ambiental.
Portaria IBAMA n° 166-N/1998	Cria o Escritório de Licenciamento das atividades de Petróleo e Nuclear – ELPN, vinculado ao Programa de Análise e Licenciamento Ambiental, instituído pela Portaria IBAMA n° 16/1998, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ.
Portaria IBAMA n° 113/1997	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.



c) Legislação específica: Fiscalização e Auditoria Ambiental

Legislação Federal	Ementa
Portaria ANP nº 123/2000	Estabelece o Regulamento Técnico do Programa Anual de Trabalho e Orçamento para os campos de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção, de acordo com o estabelecido na Seção V, art. 43, inciso III, da Lei nº 9.478, de agosto de 1997, definindo o conteúdo e estabelecendo procedimentos quanto à forma de sua apresentação.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Lei nº 1.898/91	Dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais.
Decreto nº 21.470-A/95	Regulamenta a Lei nº 1.898/91, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais.
Deliberação CECA nº 3.427/95	Aprova a DZ nº 056 R.2 – Diretriz para realização de auditoria ambiental.

d) Legislação específica: Poluição

Legislação Federal	Ementa
Decreto nº 2.953/1999	Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 1.413/1975	Dispõe sobre o controle do meio ambiente provocada por atividades industriais.
Decreto nº 76.389/1975	Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial de que trata o Decreto-Lei nº 1.413/1975, e dá outras providências.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa



Lei nº 855/85	Dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, dos dados relativos ao controle da poluição no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto-Lei nº 134/75	Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 8.974/86	Regulamenta a aplicação das penalidades previstas no Decreto-Lei nº 134/75; alterado pelo Decreto nº 21.287/95.

e) Legislação específica: Poluição Marinha

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 5.318/1967	Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.
Lei nº 9.966/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas de jurisdição nacional.
Decreto nº 50.877/1961	Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e dá outras providências.
Decreto Legislativo nº 74/1976	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.
Decreto nº 79.437/1977	Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969.
Decreto nº 83.540/1979	Regulamenta a aplicação da convenção internacional sobre a responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.
Decreto nº 87.566/1982	Promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.



Decreto nº 2.508/1998	Promulga a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas Emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V.
Decreto nº 2.870/1998	Promulga a Convenção sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990.
Decreto Legislativo nº 60/1995	Aprova o Texto da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973, de seu Protocolo de 1978, de suas Emendas de 1984 e de seus Anexos Opcionais III, IV e V.
Decreto Legislativo nº 74/1976	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.

f) Legislação específica: Gerenciamento Costeiro

Legislação Federal	Ementa
Decreto-Lei nº 28.840/1950	Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse Território.
Decreto nº 87.648/1982	Aprova o Regulamento para Tráfego Marítimo.
Lei nº 7.661/1988	Institui o Plano de Gerenciamento Costeiro.
Lei nº 8.617/1993	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica e a plataforma continental brasileiras.
Lei nº 9.537/1997	Dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em águas sob jurisdição nacional (LESTA).
Decreto nº 28.840/1950	Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse território.
Decreto 62.837/1968	Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas do mar territorial e nas águas interiores e dá



	outras providências.
Decreto nº 1.265/1994	Estabelece a Política Marítima Nacional.
Decreto nº 2.956/1999	Aprova o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (V PSRM).
Resolução CONAMA nº 05/1997	Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGCII).
Resolução CIRM nº 4/1997	Aprova o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), e dá outras providências.
Portaria Ministerial nº 60/1995	Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
NORMAN – 01/1998– Marinha do Brasil – DPC	Dispõe sobre embarcações empregadas na navegação de mar aberto, incluindo plataformas de perfuração, produção e de armazenamento de óleo.
NORMAN – 04/1998 – Marinha do Brasil – DPC	Dispõe sobre a operação de embarcações estrangeiras em águas sob jurisdição nacional.
NORMAN – 07/ – Marinha do Brasil – DPC	Dispõe sobre atividades de inspeção naval.
NORMAN – 08/ – Marinha do Brasil – DPC	Dispõe sobre o tráfego e permanência de embarcações em águas sob jurisdição nacional.
NORMAN – 11/ – Marinha do Brasil – DPC	Dispõe sobre normas obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Lei nº 1.204/87	Institui o Comitê de Defesa do litoral do estado do Rio de Janeiro – CODEL e dá outras providências.



g) Legislação específica: Água

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX, do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13.03.1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28.12.89.
Decreto nº 24.643/1934	Institui o Código das águas. Alterado, parcialmente, pela Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução CONAMA nº 20/1986	Estabelece a classificação de águas doces, salobras e salinas, e os padrões nacionais de emissão.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Lei nº 2.661/96	Regulamenta o disposto no art. 274 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro no que se refere à exigência de níveis mínimos de tratamento de esgotos sanitários, antes de seu lançamento em corpos d'água e dá outras providências.
Deliberação CECA nº 1.007/86	Aprova a NT nº 202 R.10 – Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos.
Deliberação CECA nº 1.948/90	Aprova a NT nº 213 R.4 – Critérios e padrões para controle da toxicidade em efluentes líquidos industriais
Deliberação CECA nº 1.995/90	Aprova a DZ nº 942 R.7 – Diretriz do Programa de autocontrole de efluentes líquidos – PROCON ÁGUA.



h) Legislação específica: Ar

Legislação Federal	Ementa
Resolução CONAMA n° 05/1989	Institui o Programa Nacional de controle da Qualidade do Ar – PRONAR – e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 03/1990	Dispõe sobre a qualidade do ar e define padrões.
Resolução CONAMA n° 08/1990	Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Deliberação CECA n° 935/86	Aprova a DZ n° 545 – Diretriz de implantação do programa de autocontrole de emissões para atmosfera – PROCON AR.

i) Legislação específica: Resíduos

Legislação Federal	Ementa
Resolução CONAMA n° 06/1988	Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.
Resolução CONAMA n° 05/1993	Define as condições para o gerenciamento e disposição de resíduos de serviços médicos, instalações portuárias, e terminais de transporte.
Resolução CONAMA n° 09/1993	Determina que todo óleo lubrificante usado ou contaminado será obrigatoriamente recolhido e terá uma destinação adequada.
Resolução CONAMA n° 37/1994	Dispõe sobre os resíduos perigosos.
Resolução CONAMA n° 23/1996	Estabelece critérios para importação / exportação de resíduos sólidos, estabelecendo ainda a classificação desses resíduos.



Resolução CONAMA nº 257/1999	Disciplina o descarte e gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, cádmio e mercúrio.
NBR 10004/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT	Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.
Portaria Ministerial nº 53/1979	Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos.
Portaria ANP nº 81/1999	Dispõe sobre o refino de óleos lubrificantes usados ou contaminados, e dá outras providências.
Portaria ANP nº 125/1999	Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.
Portaria ANP nº 127/1999	Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoa jurídica sediada no País, organizada de acordo com as leis brasileiras.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Lei nº 1.361/88	Regulamenta a estocagem, o processamento e a disposição final de resíduos industriais tóxicos.
Lei nº 2.011/92	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de Programa de Redução de Resíduos.
Lei nº 2.110/93	Cria o Sistema Estadual de recolhimento de pilhas e baterias
Lei nº 3.007/98	Dispõe sobre o transporte, armazenamento e queimas de resíduos tóxicos no estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 8.975/86	Aprova o Regulamento dos serviços de controle, coleta e destino final dos despejos industriais do Estado do Rio de Janeiro.



Deliberação CECA nº 673/85	Aprova a DZ nº 1310 – Diretriz de implantação do Sistema de Manifesto de Resíduos Industriais.
Deliberação CECA nº 3.327/95	Aprova a DZ nº 1.311 R.4 – Diretriz de destinação de resíduos.

j) Legislação específica: Poluição Sonora

Legislação Federal	Ementa
Resolução CONAMA nº 01/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando critérios, padrões e diretrizes.
NBR 10151/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT	Fixa as condições exigíveis para avaliação de ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade.
NBR 10152/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT	Estabelece os níveis de ruídos para conforto acústico.



k) Legislação específica: Royalties e outros ônus financeiros

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 7.990/1989	Institui a compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos e recursos minerais. Percentuais definidos pela Lei nº 8.001/1990.
Lei nº 8.001/1990	Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.
Decreto nº 2.705/1998	Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.
Resolução IBGE nº 06/1998	Aprova a relação dos Estados e Municípios a ser indenizada em função da extração de óleo e gás natural na Plataforma Continental.
Portaria ANP nº 29/2001	Estabelece os critérios a serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2002, para fins de distribuição do percentual de 7,5% (sete e meio por cento) sobre a parcela do valor dos <i>royalties</i> que exceder a 5% (cinco por cento) da produção de petróleo ou de gás natural de cada campo, a ser efetuada aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural.
Portaria ANP nº 11/1999	Estabelece o Plano de contas anexo à Portaria a ser observado pelos Concessionários das atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural ou ambos, para fins de classificação e registro contábil das referidas atividades.



I) Legislação específica: Armazenamento / transporte de produtos perigosos

Legislação Federal	Ementa
Resolução CNP nº 08/1971	Estabelece as Instruções Gerais e a Norma Brasileira para Armazenamento de Petróleo e seus Derivados Líquidos sob a denominação: CNP – ABNT – IBP (P. NB-216).
Resolução CONAMA nº 001-A/1986	Estabelece normas gerais relativas ao transporte de produtos perigosos.
Normas NE 3.01/02/03; 5.01; 6.02 da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).	Regulamenta o transporte, o manuseio, a estocagem e os procedimentos de licenciamento e de notificação no emprego de fontes de material radioativo na indústria.
Ato nº 10 do ex-Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), atual ANP.	Estabelece critérios para o uso, manuseio, transporte e armazenagem de petróleo e derivados. Veja também as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e em especial a NBR nº 47505 que define os critérios de projeto para a armazenagem de combustíveis em tanques fixos, em terra; NBR nº 7502 que define a classificação, para transporte, de materiais perigosos, incluindo derivados de petróleo inflamáveis.

m) Legislação específica: Fauna e flora

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à Fauna.
Decreto nº 24.645/1934	Estabelece medidas de proteção aos animais.
Resolução CONAMA nº 11/1987	Declara como unidades de conservação as categorias de sítios ecológicos de relevância cultural, criadas por atos do poder público.
Decreto nº 97.633/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF.



Resolução CONAMA n° 10/1996	Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre à desova de tartarugas marinhas.
Portaria n° 122-P/1985	Dispõe sobre a coleta, transporte, comercialização e industrialização de plantas ornamentais, medicinais, aromáticas e tóxicas, oriundas de floresta nativa, dependem de autorização do IBAMA
Portaria n° 5-N/1986	Proíbe a captura de tartarugas marinhas.
Portaria n° N-11/1986	Proíbe, nas águas sob jurisdição nacional, a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetácios, Pinípedes e Sirênios.
Portaria IBAMA n° 1.522/1989	Estabelece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira ameaçada de Extinção.
Portaria IBAMA n° 186/1990	Institui o TAMAR.
Portaria IBAMA n° 31-N/1991	Define a Zona de Vida Silvestre em APA's – tartarugas.
Portaria n° 40-N/1991	Institui o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios.
Portaria n° 2.097/1994	Cria o "Grupo de Trabalho Especial de mamíferos Aquáticos".
Portaria IBAMA n° 11/1995	Proíbe iluminação em faixa de praia onde haja desova de tartaruga .
Portaria n° 117/1996	Regulamenta as observações de grandes cetáceos em ambiente natural.
Portaria n° 143-N/1998	Institui o Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos – Centro Mamíferos Aquáticos, com atuação em todo o território nacional.
Portaria n° 98/2000	Normatiza a manutenção em cativeiro, o manejo e o uso de mamíferos aquáticos da fauna silvestre brasileira ou exótica.



n) Legislação específica: Unidades de Conservação

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 6.902/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Alterada parcialmente pela Lei nº 7.804/1989.
Lei nº 9.985/2000	Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Decreto nº 89.336/1984	Dispõe sobre as reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
Decreto nº 99.274/1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 04/1985	Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.
Resolução CONAMA nº 12/1989	Proíbe, nas áreas de relevante interesse ecológico quaisquer atividades que possam por em risco o ecossistema.
Resolução CONAMA nº 13/1990	Dispõe que as atividades que possam afetar a biota de Unidades de Conservação serão definidas pelo órgão responsável por cada unidade de Conservação juntamente com os órgãos licenciadores e de Meio Ambiente.
Legislação Municipal – Macaé	Ementa
Lei Municipal nº 1.126/89	Estabelece o Parque Municipal e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago de Sant'ana.



o) Legislação específica: Saúde, segurança, medicina do trabalho e normas trabalhistas.

Legislação Federal	Ementa
NR-4	Dispõe sobre Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.
NR-5	Dispões sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.
NR-6	Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
NR-9	Dispõe sobre Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.
NR-11	Dispõe sobre o transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.
NR-15	Dispõe sobre atividades e operações insalubres.
NR-16	Dispõe sobre atividades e operações perigosas.
NR-18	Dispõe sobre as condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
NR-20	Dispõe sobre líquidos combustíveis e inflamáveis.
NR-24	Estabelece condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
NR-26	Dispõe sobre a sinalização de segurança.
Lei nº 5.811/72	Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.



p) Legislação específica: Normas operacionais

Legislação Federal	Ementa
Portaria ANP n° 170/1998	Estabelece que a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.
Portaria ANP n° 188/1998	Dispõe sobre a aquisição de dados aplicados à prospecção de petróleo (tal como alterada pela Portaria ANP n° 35, de 01 de março de 1999).
Portaria ANP n° 34/1999	Dispõe sobre o controle das atividades que envolvem a disposição de óleos lubrificantes contaminados.
Portaria ANP n° 283/2001	Aprova o Regulamento Técnico ANP n° 4/2001, que estabelece os procedimentos para a coleta de amostras de rocha e de fluidos de poços perfurados pelos operadores nas bacias sedimentares brasileiras.
Portaria ANP n° 25/2002	Aprova o Regulamento de Abandono de Poços perfurados com vistas a exploração ou produção de petróleo e/ou gás. REVOGA: a Portaria ANP n° 176, de 29/10/1999
Instrução Normativa IBAMA n° 01/2000	Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA, para concessões de registro de dispersantes químicos, empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar.
Resolução CNP n° 08/1971	Estabelece as Instruções Gerais e a Norma Brasileira para armazenamento de petróleo e seus derivados



q) Legislação específica: Respostas a emergências

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 72.033/1984	Dispõe sobre assistência e salvamento de embarcações, coisa, ou bem, em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis internas.
Lei nº 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Decreto nº 43/1998	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.
Decreto nº 2.870/1998	Promulga a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição em caso de poluição por óleo, assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990.
Resolução CONAMA nº 06/1990	Determina que a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos empregados nas ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados somente poderá ser feita após prévia autorização e registro junto ao IBAMA.
Portaria IBAMA nº 64-N/1992	Estabelece critérios para concessão de registro provisório aos dispersantes químicos nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados.
Portaria DPC nº 66/1998	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para estabelecer condições e requisitos para concessão e delegação das atividades da assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores – NORMAM 16.



Portaria ANP n° 14/2000	Estabelece, através da presente Portaria, os procedimentos para comunicação de acidentes de natureza operacional e liberação acidental de poluentes, a serem adotados pelos concessionários e empresas autorizadas a exercer atividades pertinentes à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como pelas empresas autorizadas a exercer as atividades de armazenamento e transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.
Resolução CONAMA n° 265/2000	Determina ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e aos órgãos municipais de meio ambiente e entidades ambientalistas não governamentais, a avaliação, no prazo de 240 dias, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, das ações de controle e prevenção e do processo de licenciamento ambiental das instalações industriais de petróleo e derivados localizadas no território nacional.
NORMAM-9/ – Marinha do Brasil – DPC	TÍTULO I – Normas para instauração de inquéritos sobre acidentes e fatos da navegação.
NORMAM-9/ – Marinha do Brasil – DPC	TÍTULO II – Normas e procedimentos para instauração de inquérito administrativo, a que se refere à alínea c, do art. 9º, do regulamento da lei de segurança do tráfego aquaviário.
Legislação Estadual – Rio de Janeiro	Ementa
Decreto n° 897/76	Institui o Código de segurança contra incêndios e pânico.



r) Legislação específica: Pesca

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 7.643/1987	Proíbe a pesca de cetáceos nas águas de jurisdição brasileira.
Lei nº 7.679/1988	Proíbe pesca em períodos de reprodução.
Decreto nº 221/1967	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.
Decreto nº 68.459/1971	Regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial.
Decreto nº 1.694/1995	Cria o Sistema Nacional de Informações de pesca.
Portaria IBAMA nº 117/1996	Proíbe o molestamento de cetáceos em águas de jurisdição brasileira.
Portaria SUDEPE nº 18-N/1984	Autorização científica de programa à pesca.
Portaria nº 18/1987	Pesca em caráter permanente.
Portaria nº 110-N/1992	Registro geral de pesca.

s) Legislação específica: Turismo

Legislação Federal	Ementa
Lei nº 6.505/1977	Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do art. 18, do Decreto-Lei nº 1.439, de 20 de dezembro de 1975, e dá outras providências.
Lei nº 6.513/1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.
Decreto nº 86.176/1981	Regulamenta a Lei nº 6.513/1977.



t) Acordos / Convênios internacionais subscritos pelo Brasil

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 1982 em Montego, Jamaica, e ratificada em 1988 e que se encontra em vigor desde 16/11/94. A CNUDM, um dos maiores empreendimentos da história normativa das relações internacionais, dispõe sobre os usos dos espaços marítimos e de seus recursos. Regulamentada pelo Decreto Presidencial 1.530/95;
- Acordo relativo à implementação da Parte XI da CNUDM, em vigor desde 1996, que flexibilizou alguns dispositivos da CNUDM que dizem respeito aos recursos da "Área", permitindo, dessa forma, que países de todos os blocos e regiões geográficas, até então reticentes, aderissem à Convenção;
- Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO- 92), cujo Capítulo 17 se dedica à proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos;
- Convenção sobre Diversidade Biológica, também ratificada pelo Brasil e em vigor desde 1994, cujo objetivo é assegurar a manutenção da diversidade biológica e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso de recursos genéticos;
- Código de Conduta para a Pesca Responsável, aprovado na 18ª Reunião da FAO, em 1995, que apresenta um conjunto de diretrizes para as políticas do setor da pesca, baseado em princípios de uso sustentável e equilíbrio na distribuição dos benefícios econômicos;
- Acordo para a Implementação das Disposições da CNDUM sobre Estoque de Peixes Transzonais e de Peixes Altamente Migratórios, assinado pelo Brasil em 1977, que visa assegurar a conservação a longo prazo e o uso sustentável de estoque de peixes transzonais e altamente migratórios, instando a cooperação entre os Estados para este fim;



- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 1973/1978), cujos anexos I e II estão em vigor no Brasil desde 29/04/88, enquanto os anexos III, IV e V entraram em vigor só em 1998 (Dec. n° 2.508, de 04/03/98), possibilitando a aplicação integral desta Convenção no país, contendo regras para a proteção do meio ambiente nos mares e zonas costeiras, contra a poluição, para a eliminação da poluição internacional por óleo e outras substâncias nocivas e para a minimização dos despejos acidentais de tais substâncias;
- Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras Matérias (Convenção de Londres, 1972), objetivando "o controle efetivo de todas as fontes de contaminação do meio marinho, capazes de gerar perigos à saúde humana, prejudicar os recursos biológicos e a vida marinha, bem como danificar as condições ou interferir em outras aplicações legítimas do mar". Promulgada pelo Decreto n° 87.566/82;
- Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação, em caso de Poluição por Óleo, 1990 (OPRC 90);
- Convenção Internacional de Bruxelas, sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC-1969). Regulamentada pelo Decreto Lei n° 83.540/79; Promulgada pelo Decreto Lei n° 79.437/77;
- Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seus Depósitos (Convenção de Basiléia);
- Convenção de RAMSAR – Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de aves aquáticas, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto n° 33/92;
- Convenção-Quadros das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas, firmada no Rio de Janeiro, em 1992 e em vigor desde 1994, sendo de grande relevância para os oceanos. A compreensão mais abrangente do papel dos oceanos na formação do clima na Terra também condiciona as linhas de pesquisas consideradas prioritárias no PSRM. Esta Convenção foi regulamentada pelo Decreto Federal 2.652/98;



-
- Diretrizes gerais do Banco Mundial sobre padrões de lançamento e outros aspectos ambientais, de segurança e de saúde ocupacional em atividades de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás em instalações "offshore", 1995.